

Em defesa da República

Uma reflexão sobre a relevância dos princípios republicanos em 2018

DIRETORIA DA ADUFRJ • GESTÃO 2017-2019

Os desdobramentos da crise econômica e política continuam afetando o cotidiano dos docentes da UFRJ.

Salários e bolsas de estudo com valores congelados e aviltantes. Descontinuidade de pesquisas e cortes dramáticos de recursos para as atividades de C & T e a deterioração física da universidade, inclusive salas de aula, bibliotecas, laboratórios e alojamentos estudantis, aumentam objetivamente a carga de trabalho para o exercício do magistério.

Para a maioria da população as condições de vida pioraram e se expressam na instabilidade social, a exemplo do incremento das taxas de violência e polarização dos posicionamentos sobre as alternativas para a saída da crise.

O candidato a presidente com a maioria das intenções de voto foi condenado pelo Poder Judiciário, interditando assim a possibilidade de encontrar um reequilíbrio mediante o voto em 2018. Esse intrincado contexto requer redobrados esforços de interpretação da realidade brasileira e formulação de subsídios para o debate sobre o futuro da nação, função inescapável e precípua da universidade.

A descaracterização de um dos princípios basilares da República – a separação entre os poderes – dissemina o mal-estar que se manifesta nas incertezas sobre os direitos de cidadania e seus rebaixamentos no trabalho e na liberdade de expressão. A Adufrj e a UFRJ “têm o que dizer”: instituir um debate que ultrapasse o reducionismo de oposições binárias.

Disputa pelo Andes

> **Corrida eleitoral movimentou 37º Congresso, em Salvador. Pela primeira vez em 14 anos, não haverá chapa única. Mais de 500 professores participaram do encontro**

ANA BEATRIZ MAGNO E KELVIN MELO

Enviados especiais a Salvador
comunica@adufjr.org.br

As eleições para a próxima diretoria do Andes, um dos maiores sindicatos do Brasil, marcaram o 37º Congresso, realizado em Salvador, de 22 a 27 de janeiro. O pleito será em maio. Pela primeira vez em 14 anos, não haverá chapa única. Dois grupos estão na disputa e passaram os seis dias do encontro articulando suas candidaturas. O resultado da eleição pode mudar quase duas décadas de hegemonia de uma mesma tendência política na direção do movimento docente do país.

Nos últimos pleitos, a direção do Andes ficou nas mãos do coletivo Andes de Luta e Pela Base, formado por setores do PSOL, PCB, PSTU e por militantes independentes, ligados a movimentos sociais, como o MST e o MTST. Este ano, o PSTU não participará da chapa.

Já a oposição é liderada pelo Renova Andes, organizado por grupos da esquerda do PT, do PCdoB e do PCO – Partido da Causa Operária. Desde 2004, após um conturbado processo de ruptura calcado na discussão da adesão do movimento docente ao governo Lula, os petistas estão no outro sindicato nacional de professores, o Proifés.

O Congresso do Andes ocorreu no campus da Universidade do Estado da Bahia, com a presença de 413 delegados e 122 observadores, de 80 seções sindicais diferentes. Só a Adufrj levou 25

docentes, uma das maiores bancadas do encontro e dos quase 40 anos de história da entidade.

“Discutimos desde a progressão da carreira até o assédio. Da greve aos desastres ambientais. É minha primeira vez no Congresso. Só acho que deveriam ter propiciado um ambiente dialógico”, pondera Ligia Bahia, vice-presidente da Adufrj. “Os conteúdos e os métodos impediram a realização de um congresso, na acepção do termo. O que vivenciamos foi um encontro extremamente secundário, sob forte hegemonia da diretoria do Andes”, completa.



DISPUTA Votação no Congresso: duas chapas se articulam para disputar comando do Andes

A força da direção do Andes ficou clara desde o primeiro dia do encontro, quando os delegados votaram a chamada centralidade da luta – o foco do movimento docente nacional nos próximos meses. Por mais de 80% dos votos – e com a oposição da direção da Adufrj – ficou definido que a prioridade da categoria é construir uma greve geral para barrar as reformas do governo Temer.

A presidente do Andes, Eblin Farage, observou que o sindicato deve ser “classista, combativo, independente” e que construir uma greve geral deve ser o foco

do movimento docente nos próximos meses. Ao criticar a reforma da Previdência, a professora de Serviço Social da UFF alfinetou as gestões do PT: “Essa luta começa em Fernando Henrique, passando por Lula e Dilma. Esse sindicato não pode fazer conciliação de classe. Esse sindicato é classista e de luta”.

A presidente da Adufrj, professora Maria Lúcia Werneck, ficou estarelecida com o discurso da direção nacional do Andes. “Enquanto pesquisadores e professores universitários, não nos reconhecemos nesse discurso. Como assim, nosso foco é a greve geral? Eles acham que

Kelvin Melo

greve geral é solução mágica para tudo. E se as reformas não forem aprovadas, vamos fazer uma greve pelo quê? Com que pauta?”, questionou Maria Lúcia.

JULGAMENTO DE LULA

Outro assunto que mobilizou os congressistas foi o julgamento do ex-presidente Lula, no dia 24. Por maioria, foi aprovada uma nota defendendo o direito de Lula ser candidato nas próximas

eleições, mas crítica aos governos do PT. “Não entendo essa nota. Será que é hora de nos dividirmos? O país vive uma crise institucional profunda com a judicialização da política. Esperava que o Congresso do Andes discutisse a conjuntura com mais responsabilidade, buscando a unidade dos setores progressistas e não se deixando contaminar pelo interesse eleitoral”, observou a professora Tatiana Sampaio, diretora da Adufrj. “Isso não é defender o Lula. É defender o Direito”, completou a docente do Instituto de Ciências Biomédicas.

O segredo da delegação da UFRJ: respeito às diferenças



Kelvin Melo

Delegação da UFRJ, no palco do Congresso do Andes, em Salvador: clima amistoso e posições divergentes

Nem carreira nem orçamento das universidades. O tema que mobilizou corações e mentes no congresso do Andes está bem distante do cotidiano dos professores nas universidades: a filiação do Andes à CSP-Conlutas, uma pequena central sindical que se orgulha de ser radical. Na noite da última quinta-feira, o auditório da UNEB se dividiu entre gritos, vaias, aplausos e palavras de ordem. Grupos favoráveis e contrários à central esgrimiram argumentos, reviraram rancores antigos e deixaram perplexos os poucos delegados que não pertenciam a nenhum dos lados, caso da diretoria da Adufrj.

“Evidente que é uma central pequena, mas mostrou que tem garra para defender os interesses dos trabalhadores, independentemente de governos”, afirmou José Vitório Zago, da diretoria do Andes. “A CSP-Conlutas é um punhado de sindicatos dirigido por um grupelho político”, disse Antônio Eduardo, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e integrante do grupo de oposição Renova Andes. A proposta de fazer um balanço da filiação foi rejeitada pela maioria dos delegados.

A Adufrj tem posição crítica sobre o assunto. Assim que assumiu a gestão,

em outubro, a diretoria suspendeu o pagamento da mensalidade para a Conlutas – cerca de R\$ 180 mil anuais. “Essa Central Sindical não representa os professores da UFRJ. É uma central muito isolada, muito esvaziada”, declarou, à época, a presidente da Adufrj, professora Maria Lúcia Werneck.

CLIMA DE AXÉ

A acalorada discussão, com acusações de parte a parte, é o exemplo perfeito de que o congresso do Andes não seguiu o modelo da delegação da Adufrj. Mesmo divididos entre integrantes da situação e da oposição, os representantes da UFRJ mantiveram um clima amistoso no diálogo sobre estratégias de defesa da universidade pública e dos direitos docentes.

“Nossa delegação é diversa, tem diferenças políticas, mas participamos juntos do Congresso e da defesa da universidade. Achei muito salutar e novo a presença de todos aqui”, elogiou a professora Mariana Trotta, uma das líderes da oposição à diretoria da Adufrj, e alinhada à direção do Andes. “O congresso tem representantes das bases, das diretorias e de diferentes universidades, com problemas e realidades diversas. Todos podem apresentar

textos. O Congresso é extremamente democrático”, completou.

Os diretores e delegados apoiadores da diretoria – quase todos estreates no Congresso – ficaram decepcionados com a metodologia de discussão no encontro. Para serem votadas nas plenárias, as teses precisam ser aprovadas em pelo menos um dos 13 grupos de debate realizados antes ou receber votação de, no mínimo, 30% de um deles. Nos grupos, a diretoria nacional propõe o ordenamento dos temas, de forma diferente entre eles. A justificativa é fazer com que todas as propostas sejam avaliadas por ao menos um grupo.

Para o vice-presidente da Adufrj, Eduardo Raupp, ao se definir a ordem de discussão, os textos que ficam por último correm o risco de serem eliminados a priori, por falta de tempo. Outro problema identificado pela direção da Adufrj: integrantes da diretoria nacional também influenciam as votações nas salas, apresentando destaques iguais para todos os grupos. “Eles cumprem o papel de vigias, para que os textos não saiam da visão da diretoria. Isso engessa o debate”, disse Raupp.

No próximo Boletim, os resultados do Congresso do Andes

Professores analisam julgamento de Lula

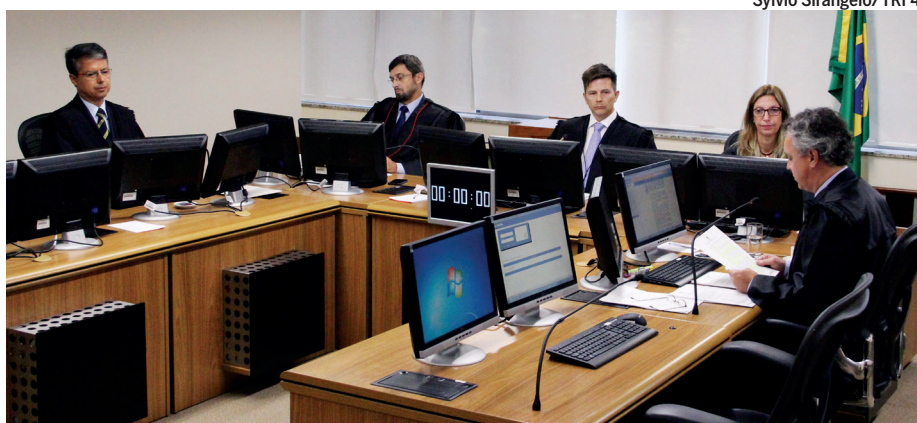
> **Procurador acusou comunidade acadêmica de integrar movimento de intimidação; para docentes da UFRJ, decisão do TRF-4 foi política e usou provas frágeis**

ELISA MONTEIRO E
FERNANDA DA ESCÓSSIA
comunica@adufrrj.org.br

“O que mais surpreende e entristece é ver uma comunidade acadêmica, entorpecida por um sebastianismo primário, abrir mão de quaisquer pudores e se dispor a fazer coro a esse movimento manipulatório de intimidação de um dos pilares do estado democrático de direito”. Foi nesses termos que o procurador da República Maurício Gerum criticou acadêmicos favoráveis à aprovação do recurso do ex-presidente Lula no TRF-4. Professores da UFRJ reagiram à fala do procurador, considerada por eles autoritária, antidemocrática e uma tentativa de desqualificar a academia. Eles também criticaram a politização do julgamento.

Para José Ribas Vieira, professor titular de Direito Constitucional da Faculdade Nacional de Direito (FND), Gerum posicionou-se de modo autoritário, como se tentasse impor verdades. “Parece que ele quer ensinar o que é democracia”, disse Ribas Vieira. Sobre o mérito do julgamento, reiterou seu entendimento de que o processo não prova que o ex-presidente Lula cometeu o ato do qual é acusado – posição explicitada em vários artigos, um deles publicado no livro “A resistência ao golpe de 2016”, com textos de juristas.

Professora de Teoria do Direito da FND, Margarida Lacombe Camargo disse que a observação do procurador mostra receio de receber críticas da academia. “Não temos poder de decisão, não somos juízes. Mas professores de Direito têm poder de crítica. A gente estuda o Direito, ensina o Direito. Futuros juízes que prestam concurso provêm dos bancos universitários. A voz da academia



Sylvio Sirangelo/TRF4



Eduardo Sander/JFRS

CENAS DE UM JULGAMENTO

Relator João Pedro Gebran Neto lê seu voto recusando o recurso de Lula; na sala de imprensa do TRF-4, jornalistas acompanham sessão, transmitida ao vivo

não há que ser desmerecida”, afirmou. A professora considerou frágeis as provas citadas pelos desembagadores. “Coerência não é sinônimo de verdade”, afirmou.

Na avaliação de Josué Medeiros, professor de Ciência Política no IFCS, o julgamento explicitou a politização do caso: “O que foi dito é que não é preciso prova. Inclusive com aumento da pena para 12 anos. É um Judiciário acima da Justiça e da soberania popular”. Para ele, a condenação de Lula fragiliza a democracia brasileira e agrava a instabilidade por dificultar a candidatura do político com mais intenções de voto.

O professor da UFRJ entende que, desde o mensalão, a oposição aos governos petistas investe para criar um espectro próprio de formadores de opinião, e o Movimento Escola Sem Partido é um

exemplo. “Paralelamente, verificamos ações contra o projeto de expansão universitária dos últimos anos e seus agentes, como nas conduções coercitivas nas federais de Minas Gerais (UFMG) e Santa Catarina (UFSC)”, opinou.

Professora e diretora eleita da Escola de Comunicação (ECO), Ivana Bentes analisou os significados do julgamento em tempo real: “Vimos uma cena chocante, três homens brancos acusando um nordestino e tomando cafezinho servidos por uma mulher negra. O sistema de subordinação é explícito”. Na visão de Ivana, a espetacularização permeia as coberturas de política nacionais desde a destituição de Dilma Rousseff. “O processo inteiro foi marcado pela midiaticização desde o vazamento dos áudios que desencadearam o impeachment”, afirmou.